

2º SIMULADO

# TJPA

AUXILIAR JUDICIÁRIO



**Estratégia**  
Concursos



# Simulado Especial

## 2º Simulado TJPA

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJPA;
- 2 – A prova contém **50 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com alternativas certo/errado
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-PA-Auxiliar-21-12>**

- |                |                |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E |

**PORTUGUÊS****TEXTO I****Veganismo faz bem à saúde?**

O veganismo tem conquistado cada vez mais adeptos e, por ser uma dieta repleta de legumes, verduras e frutas, passa a impressão de ser muito saudável. O que nem todo mundo sabe é que, em alguns casos, cortar o consumo de alimentos de origem animal pode fazer mal à saúde.

"Há vários médicos que criticam os veganos por conta da B12, vitamina que só existe em fonte animal", explica a nutricionista Sabina Donadelli. Segundo a especialista, essa vitamina está "intimamente ligada ao metabolismo de gordura", por isso, o déficit pode levar a pessoa a desenvolver pressão alta.

O endocrinologista especialista em nutrologia José Marcelo Natividade afirma que o organismo dos seres humanos precisa de nove tipos de aminoácidos, que são fornecidos por alimentos de origem animal e vegetal. "Diversas fontes de proteínas animal são completas no fornecimento desses aminoácidos, como carne vermelha, peixes, ovos etc. Alguns alimentos à base de vegetais também são, como trigo mourisco, porém, são absorvidos mais lentamente e, por terem menor valor biológico, devem ser ingeridos em maior quantidade". O médico afirma que os veganos devem repor esses nutrientes por meio de suplementação ou "do consumo de maior variedade de fontes vegetais".

A falta dos nutrientes pode ser resolvida se a pessoa mantiver uma dieta saudável. "Comendo sempre alimentos a base de frutas, verduras, fermentados, grãos e brotos, dá para manter o nível de B12 adequado", diz a nutricionista. De acordo com a profissional, estudos publicados na Índia apontam que, a partir dessa alimentação, o próprio organismo produz bactérias que liberam a vitamina.

"Uma criança pode seguir dieta vegana, se os pais controlarem de forma rígida a dieta com avaliações rotineiras. Temos de nos atentar ao fato de que as crianças têm necessidades nutricionais diferentes dos adultos. Elas necessitam de mais cálcio, ferro, zinco, vitamina B12, vitamina D para o bom desenvolvimento da massa muscular, ossos e cérebro", esclarece o endocrinologista.

Se, por um lado, a proteína animal pode fazer falta ao organismo, por outro é preciso se atentar à maneira — e à quantidade — que ela é consumida. Sabina alerta para a importância de combiná-la a fibras: "Se a pessoa comer com moderação, dificilmente ela vai ter um malefício por ingerir carne. Se você comer frango com legumes e saladas, por exemplo, a digestão não demorará a ponto de produzir as substâncias tóxicas. Porém, se a pessoa come carne demais e não come fibras, ela vai ter uma digestão prejudicada, e isso com certeza o vegano não vai ter".

<https://lifestyle.r7.com/dietas/veganismo-faz-bem-a-saude-especialistas-alertam-para-riscos-23082019>

**01.** De acordo com o texto, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- I. O consumo satisfatório de proteínas guarda estreita relação com o metabolismo de gordura.
- II. A vitamina B12 também pode ser consumida por meio de alimentos de origem vegetal; embora estes devam ser consumidos em maior quantidade.
- III. O excesso de proteína, assim como sua falta, carrega potenciais danos à saúde.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa a II está correta.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Apenas a afirmativa III está correta.
- e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

**02.** Infere-se das informações do texto que:

- a) embora seja muito mais difícil, é possível seguir uma dieta vegetariana plenamente saudável.
- b) o veganismo tem crescido em popularidade, mas ainda pairam críticas sobre tal doutrina alimentar.
- c) a citação dos profissionais mencionados funciona como discurso de autoridade para fortalecer a tese de que o veganismo é nocivo à saúde.
- d) a dieta baseada em proteína é igualmente prejudicial à saúde das crianças.
- e) crianças e adolescentes possuem necessidades nutricionais incompatíveis com a dieta vegana.

**03.** Considerando a natureza do texto, é correto afirmar que sua finalidade principal é

- a) responder ao questionamento postulado no título.
- b) provar os benefícios clínicos do veganismo moderado.
- c) convencer o leitor a adotar uma dieta baseada em proteína animal.
- d) dar instruções sobre dietas adequadas para crianças.
- e) conscientizar a população sobre a crise dos aminoácidos.

**04.** Tendo em vista sua construção e tipologia, pode-se classificar o texto acima como predominantemente

- a) narrativo
- b) descritivo
- c) dissertativo
- d) injuntivo
- e) preditivo

05. Assinale a alternativa em que as palavras estão grafadas corretamente.

- a) Há pesquisas sobre proteínas que, uma vez substituídas por outras mais ácidas, poderão causar enjôo.
- b) A abstinência de certos nutrientes pode causar, as vezes, muitas náuseas.
- c) A proteína animal é considerada a “rainha” das proteínas, embora existam várias proteínas relevantes de fonte vegetal, que podem ser incluídas no cardápio.
- d) Os nutricionistas intervem, sempre que necessário, para tentar construir uma dieta saudável.
- e) A carência de aminoácidos é um aspecto que pode causar deficiências, segundo especialistas do país.

06. De acordo com o texto e com a Gramática Normativa da Língua Portuguesa, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A expressão em destaque no trecho a seguir “O veganismo tem conquistado cada vez mais adeptos” (L.1 e 2) é classificada como locução verbal e indica uma ação que foi iniciada no passado e perdura no presente.

II. A expressão destacada no trecho a seguir “Diversas fontes de proteínas animal são completas no fornecimento desses aminoácidos” (L.17 e 18) é classificada como adjetivo.

III. A expressão destacada no trecho a seguir “vitamina que só existe em fonte animal” (L.8) é classificada como pronome relativo.

- a) Apenas a afirmativa III está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa I está correta.
- e) todas estão corretas.

07. Em “Há vários médicos que criticam os veganos por conta da B12” (L. 7 e 8), a inserção de uma vírgula após “médicos”:

- a) causaria erro gramatical, uma vez que a oração não pode ser separada.
- b) afetaria os sentidos originais e a correção original.
- c) mudaria o sentido e a função sintática da oração.
- d) manteria a correção gramatical, mas alteraria o sentido original.
- e) causaria erro gramatical, mas manteria as ideias originais.

08. Na sentença “José Marcelo Natividade afirma que o organismo dos seres humanos precisa de nove tipos de aminoácidos” (L.14 e 15), a oração destacada

- a) é introduzida por conjunção integrante e se classifica como oração coordenada objetiva direta
- b) é introduzida por pronome interrogativo e se classifica como oração coordenada objetiva direta
- c) é introduzida por conjunção adverbial e se classifica como oração subordinada objetiva indireta
- d) é introduzida por preposição e se classifica como oração subordinada objetiva direta
- e) é introduzida por conjunção integrante e se classifica como oração subordinada objetiva direta

### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

09. Acerca de valores e virtudes, assinale a alternativa incorreta.

- a) A virtude representa o conjunto ideal de todas as qualidades essenciais que constituem o homem de bem. Esse homem de bem, portanto, seria o homem virtuoso.
- b) O valor é propriedade intrínseca dos objetos em si, reconhecida pelo homem como ser social.
- c) No campo ético, valores são objetos da escolha moral, surgindo como parte da noção humana de perfeição.
- d) O ser humano dá valor às coisas, distinguindo aspectos que podem chamar sua atenção e despertar necessidades
- e) Aristóteles considera que os impulsos humanos podem levar o indivíduo a extremos em termos de comportamento, e esses extremos representam o vício (o contrário da virtude).

10. O Código de Ética dos Servidores do TJPA tem o objetivo de:

I - tornar explícitos os princípios éticos e as normas que regem a conduta dos servidores, fornecendo parâmetros para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura das ações adotadas neste Tribunal para cumprimento de seus objetivos institucionais;

II - contribuir para transformar a Visão, a Missão, os Objetivos e os Valores Institucionais do Tribunal em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo elevado padrão de conduta ético-profissional;

III - reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticos adotados no Tribunal, facilitando a compatibilização dos valores individuais de cada servidor com os valores da instituição;

Assinale a alternativa que indica as assertivas acima que estão corretas:

- a) I e II
- b) I e III.
- c) II e III
- d) todas estão corretas
- e) nenhuma está correta.

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PODER JUDICIÁRIO

11. Quando um departamento de Produção envia uma mensagem para o departamento de RH solicitando um treinamento, está usando que tipo de fluxo na comunicação:

- a) ascendente.
- b) hierárquico.
- c) descendente.
- d) lateral.
- e) top-down.

12. O Balanced Scorecard – BSC é uma das metodologias mais difundidas para implementação de planejamento estratégico no âmbito das organizações públicas e privadas e, na etapa correspondente à análise interna, busca identificar:

- a) as ameaças e oportunidades existentes.
- b) as forças e fraquezas da organização.
- c) a missão, correspondente aos valores da organização.

d) a visão da organização, que se contrapõe ao cenário externo.

e) as metas estratégicas, fixando os indicadores correspondentes.

13. A prefeitura de Serra Branca decidiu construir uma estrada de 100km ligando o município à capital do estado. Depois de 2 anos, o prazo estimado das obras, foram construídos apenas 80km, mas foram investidos na obra 190 milhões dos 200 milhões estimados para a finalização da obra. Diante deste cenário, entende-se que a atuação da prefeitura foi:

a) eficiente, dado que usou bem seus recursos originalmente disponíveis, mas ineficaz.

b) efetivo, na medida em que atingiu seus objetivos, ainda que com relação inadequada entre os insumos e o produto final.

c) eficiente e eficaz, na medida em que cumpriu as entregas, falhando apenas no quesito economicidade.

d) eficaz, na medida em que usou adequadamente os recursos financeiros disponíveis.

e) ineficiente, pois não fez uso adequado dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

14. A teoria da expectância (ou expectativa) diz que a motivação é um produto das expectativas das pessoas em relação a suas habilidades de atingir os resultados e o valor que elas dão às recompensas. Para Vroom, a motivação seria o resultado da soma dos seguintes fatores ou elementos:

- a) valência, instrumentalidade e expectativa.
- b) expectativa, ação e resultado.
- c) expectativa, instrumentalidade e ação.
- d) valor, expectativa e reconhecimento.
- e) expectativa, ação e valência.

15. Uma das teorias comportamentais da liderança mais conhecidas, foi uma evolução da teoria de Tannenbaum e Schmidt, que postulava que a liderança era um “continuum” entre a liderança orientada para pessoas e a orientada para tarefas, pois questionou esta visão antagônica. Para seus autores, tanto a preocupação com as pessoas e com a produção são fundamentais para se alcançar um bom resultado. Esta visão bidimensional do estilo de liderança está alinhada com qual teoria?

- a) Teoria dos Traços.
- b) Teoria dos estilos de Liderança de Likert.
- c) Teoria do Grid Gerencial.
- d) Liderança Transformacional.
- e) Liderança Carismática.

16. O conceito relacionado com a capacidade de governo do Estado, com a gestão dos recursos e com a capacidade deste governo de implementar as políticas públicas, é relacionada com:

- a) burocracia.
- b) accountability.
- c) governança.
- d) governabilidade.
- e) cidadania.

### LEGISLAÇÃO

17. De acordo com a Lei no 6.969/2007, que instituiu o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará, os princípios e diretrizes que norteiam este Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração são, EXCETO:

- a) universalidade - integram o Plano os servidores efetivos que participam do processo de trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário do Estado do Pará, incluindo os servidores estáveis que se adequaram no prazo previsto no art. 50 desta Lei;
- b) honestidade - fica assegurado aos servidores que integram este Plano, tratamento igualitário para os ocupantes de cargos com atribuições e requisitos iguais;
- c) participação na gestão - para a implantação deste Plano às necessidades do Poder Judiciário, deverá ser observado o princípio da participação bilateral entre os servidores e o órgão gestor deste Plano, a Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça;
- d) concurso público - é a forma de ingresso nos cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- e) publicidade e transparência - todos os fatos e atos administrativos referentes a este PCCR serão públicos, garantindo total e permanente transparência.

18. De acordo com as definições trazidas pela Lei no 6.969/2007, que instituiu o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará, assinale a alternativa correta:

- a) VENCIMENTO- É o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias previstas em lei;
- b) CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO- Servidores públicos cuja investidura no respectivo cargo se

deu mediante concurso público de provas ou de provas e títulos

- c) FUNÇÃO GRATIFICADA- Conjunto de atividades e responsabilidades de chefia intermediária, definidas com base na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Pará, de livre designação e destituição, conferidas a servidor estável ou ocupante de cargo de provimento efetivo deste Poder;
- d) CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO- Unidade de ocupação funcional, criado por lei, com número certo e denominação própria, definido por um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, mediante retribuição pecuniária padronizada.
- e) REMUNERAÇÃO- É a retribuição pecuniária mensal devida ao servidor público pelo efetivo exercício de cargo, correspondente à classe e à referência do respectivo cargo de carreira na conformidade da tabela salarial

19. De acordo com a Lei nº 5.810/1994, que institui o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, o servidor será aposentado, EXCETO:

- a) por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional, ou doença grave ou incurável especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;
- b) compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos integrais;
- c) voluntariamente aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta), se mulher, com proventos integrais;
- d) voluntariamente aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções.
- e) voluntariamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

20. De acordo com a Lei nº 5.810/1994, que institui o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, assinale a alternativa incorreta:

- a) o servidor perderá no caso de ausência e impontualidade, o vencimento ou remuneração do dia, quando não comparecer ao serviço.
- b) o servidor perderá metade da remuneração na hipótese de suspensão disciplinar convertida em multa;
- c) o servidor poderá perder o vencimento, a remuneração, ou parte deles, em casos definidos por lei.
- d) As faltas ao serviço, em razão de causa relevante, poderão ser abonadas pelo titular do órgão, quando requerido abono no dia útil subsequente.
- e) As reposições devidas e as indenizações por prejuízos que o servidor causar, poderão ser descontadas em parcelas mensais monetariamente corrigidas, não excedentes à quinta parte da remuneração ou provento.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

21. Os contratos administrativos são conceituados em lei como sendo todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada. A respeito das cláusulas necessárias dos contratos, exigidas na Lei nº 8.666/1993, assinale a afirmativa correta:

- a) as cláusulas necessárias listadas em lei constituem mera formalidade, pois não são de reprodução obrigatória nos contratos firmados pelo poder público, independentemente das características do ajuste.
- b) nos contratos administrativos, deve constar cláusula quanto à obrigação do contratado de manter, durante toda a sua execução, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.
- c) a ausência de quaisquer das cláusulas listadas em lei leva à nulidade do contrato e, conseqüentemente, do procedimento licitatório.
- d) todas as cláusulas necessárias devem constar em todos os contratos administrativos, sob pena de nulidade.

e) os direitos e as responsabilidades das partes não necessitam constar expressamente no contrato, já que decorrem diretamente da lei.

22. O prefeito do Município X pretende realizar licitação para a aquisição de materiais para a restauração de um importante ponto turístico do município. A administração, ao iniciar a organização para lançar o edital licitatório, constatou que um dos materiais era vendido através de uma empresa exclusiva. Após consulta à assessoria jurídica do órgão, foi constatado que

- a) a contratação deverá ser feita através de dispensa de licitação, tendo em vista a inviabilidade de competição.
- b) a licitação não poderá ocorrer, tendo em vista a ausência de participantes, devendo a administração aguardar prazo razoável para lançar o edital novamente.
- c) a empresa poderá ser contratada diretamente por inexigibilidade de licitação, desde que comprove que possui exclusividade no fornecimento, o que deve ser comprovado através de atestado, mas será vedada a indicação de marca.
- d) como não existem interessados suficientes na licitação, caso não possa ser repetida, o administrador poderá declarar a sua dispensa.
- e) o licitante não poderá ser habilitado nessas condições, razão pela qual a administração poderá fixar prazo de oito dias úteis para que novos licitantes sejam selecionados.

23. O prefeito do município X permitiu que seu cunhado utilizasse, em seu sítio, um trator que estava locado para a realização de uma obra pública na rodovia que dá acesso à sua propriedade. Ao ser questionado por um jornalista da TV local, justificou que não teve a intenção de prejudicar o município, e que não haveria prejuízo aos cofres públicos já que, em suas palavras, “o trator já estava alugado mesmo”. O Ministério Público se manifestou e disse que irá ingressar com ação de improbidade administrativa contra o gestor. Com base nessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta:

- a) ainda que não comprovado nenhum tipo prejuízo aos cofres públicos, a mera conduta imoral do prefeito autoriza que o Ministério Público ingresse com a ação de improbidade, em qualquer tipo de ato listado na legislação.
- b) a ação de ressarcimento pelo ato de improbidade cometido pelo prefeito prescreve em cinco anos, independentemente de dolo ou culpa.
- c) a ação de improbidade administrativa prescreverá em cinco anos, a contar do término do mandato do prefeito, valendo o mesmo prazo para o terceiro que se beneficiou da prática do ato ímprobo.
- d) caso seja condenado a ressarcir os cofres públicos, o prefeito poderá ser demandado a qualquer tempo, ainda que sua conduta seja meramente culposa.
- e) o cunhado do prefeito, apesar de ter se beneficiado do ato ímprobo, somente poderá responder na esfera cível comum, e não por improbidade, por não se enquadrar no conceito de agente público.

24. Jonas dirigia o seu carro quando foi atingido por outro veículo, dirigido por Paulo, motorista de um órgão do estado do Pará. A perícia demonstrou que Jonas atravessou o sinal de trânsito no vermelho e que Paulo estava acima do limite de velocidade da via. Nessa situação, a responsabilidade civil será:

- a) de Paulo, exclusivamente, uma vez que o excesso de velocidade configura ilícito, de tal forma que o servidor responderá civilmente pela sua conduta.
- b) do estado do Pará, de forma exclusiva, uma vez que a responsabilidade civil objetiva atrai para o Estado a responsabilidade por ilícitos cometidos por seus servidores.
- c) de Jonas, uma vez que, se o condutor não houvesse atravessado o sinal vermelho, o acidente não teria ocorrido, sendo o limite de velocidade irrelevante para a ocorrência do fato.

d) atenuada, uma vez que as concausas não excluem, mas atenuam a responsabilidade civil do Estado, pois a situação demonstra que houve responsabilidade dos dois condutores.

e) do Estado, desde que seja demonstrada a conduta culposa de Paulo.

25. Com base nas normas relativas à organização da administração pública direta e indireta, assinale a opção correta:

- a) quando o Estado presta os serviços por meio da administração direta, através dos órgãos que compõem as pessoas políticas, diz-se que o serviço é prestado de forma centralizada.
- b) uma entidade política pode transferir a terceiro a competência para exercer determinada atividade administrativa, caso em que teremos uma desconcentração.
- c) a descentralização política diz respeito à distribuição de competências previstas na Constituição, dependendo da formulação de convênios entre a União e os entes federativos.
- d) na descentralização administrativa, o Estado executa o serviço por meio de sua administração direta, ou seja, através da pessoa que recebeu a atribuição de executar o serviço.
- e) a descentralização por serviços pressupõe a elaboração de lei ou contrato administrativo para criação ou autorização da criação das entidades administrativas.

26. Acerca dos atos administrativos, seu conceito, classificação e espécies, assinale a afirmativa correta:

- a) constatada qualquer ilegalidade em um ato administrativo, a administração deverá revogar ou anular, não sendo possível a sua manutenção via convalidação, que pressupõe a inexistência de irregularidade.
- b) a permissão é considerada um ato normativo, geral e abstrato, no qual o interesse público é predominante.
- c) os atos enunciativos permitem a aplicação de sanções, produzindo, por si sós, consequências jurídicas.
- d) assim como os demais atributos dos atos administrativos, a autoexecutoriedade está presente em todos os tipos de atos, em virtude da posição de supremacia estatal.
- e) a licença é um tipo de ato negocial, vinculado e definitivo, no qual a manifestação de vontade da administração coincide com determinado interesse particular.



27. O poder de polícia estatal:

- a) poderá ser delegado em todas as suas etapas, para as entidades de direito público ou de direito privado, desde que haja expressa autorização legal.
- b) é possível a delegação do poder de polícia para entidades de direito público, como é o caso das autarquias e fundações públicas de direito público.
- c) mesmo se tratando de entidades de direito público, como as autarquias, não é permitida a delegação do poder de polícia.
- d) não pode ser delegado em hipótese alguma, sendo sua titularidade exclusiva do ente político.
- e) é unânime na jurisprudência que as fases de consentimento, fiscalização e sanção sempre poderão ser delegadas a particulares.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

28. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira a respeito dos direitos de petição e de certidão:

- a) Ambos são assegurados a todos, independentemente do pagamento de taxas, e prestam-se à defesa de direitos.
- b) O direito de certidão pode ser exercido, em repartições públicas, para a obtenção de informações de caráter pessoal.
- c) O remédio constitucional adequado à garantia do direito de certidão é o habeas data.
- d) Em caso de omissão do poder público, o remédio cabível será o mandado de segurança.
- e) O direito de petição, desde que preenchido o requisito da capacidade postulatória, enseja a impetração do mandado de segurança, em caso de negativa por parte do Poder Público.

29. Sabe-se que ao Poder Judiciário foram atribuídas determinadas garantias, destinadas a resguardar sua plena independência e imparcialidade no exercício de sua nobre função. Assim, o membro de um Tribunal, ao assumir o cargo:

- a) Terá garantida a vitaliciedade, independentemente da forma de ingresso no órgão de segunda instância.
- b) Poderá perder o cargo por decisão da maioria absoluta dos membros do órgão colegiado ao qual pertence.
- c) Adquirirá a vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- d) Não poderá ser aposentado compulsoriamente, aos 75 anos de idade.

e) Poderá ser demitido por decisão da maioria absoluta dos membros que compõem o CNJ.

30. características inerentes à nossa Federação, é correto afirmar que:

- a) A Federação Brasileira é do tipo Dual, em que se privilegia o estrito respeito ao Pacto Federativo, com a nítida independência e rigidez na separação entre as competências exercidas pelos entes federados.
- b) A Federação brasileira é do tipo simétrica, uma vez que os entes que a compõem encontram-se em posição jurídica equivalente.
- c) Nosso federalismo é tridimensional e, portanto, atípico, qualidade atribuída em razão da presença dos municípios como unidades locais dotadas de autonomia política.
- d) A União é o ente central, soberano e responsável por representar o Estado em suas relações internacionais.
- e) A Federação Brasileira é do tipo centrífuga, uma vez que resultou da desagregação de um Estado Unitário, com a conseqüente descentralização do poder político em direção às entidades regionais e locais.

31. No que se refere à obrigatoriedade de realização de concurso público para o acesso aos cargos e empregos na Administração Pública, estabelece a Constituição Federal que:

- a) A obrigatoriedade se estende a todos os cargos públicos.
- b) A regra se aplica de forma ampla ao serviço público, atingindo, inclusive, determinados agentes políticos.
- c) Todos os servidores submetidos ao regime estatutário deverão respeitar a regra em questão.
- d) Somente o edital poderá estabelecer a exigência de exame psicotécnico para a aprovação em concurso público.
- e) Não representam exceção à regra os agentes temporários, contratados para atender a necessidade de excepcional interesse público.

32. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira acerca das regras relativas à responsabilização dos Chefes dos Poderes Executivos da Federação:

- a) O Presidente da República apenas será responsabilizado por crimes cometidos na vigência do mandato.
- b) O processamento do Presidente apenas se submete ao juízo de admissibilidade pela Câmara no caso de cometimento de crimes de responsabilidade, julgados pelo Senado, mas não nos crimes de competência originária do STF.
- c) A prerrogativa de foro atribuída a essas autoridades não prevalece sobre a competência do Tribunal do Júri.
- d) Os Governadores dos Estados serão julgados pelo Tribunal de Justiça correspondente em caso de crime comum ou de responsabilidade.
- e) O foro especial do Presidente, perante o STF, subsiste apenas em caso de crime comum, cometido durante e em razão do exercício do mandato presidencial.

33. Considere a seguinte passagem: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Analisando-se a redação do referido dispositivo à luz das lições doutrinárias acerca da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, é possível concluir que:

- a) Trata-se de norma de eficácia plena que, além disso, não pode ter seu alcance restringido nem mesmo por meio de Emenda Constitucional.
- b) Trata-se de norma autoaplicável, de conteúdo plenamente exercitável, até que eventual lei imponha restrições à sua eficácia.
- c) Possui eficácia jurídica direta e imediata, mas depende de norma regulamentadora para que tenha ampliado seu alcance.
- d) Trata-se de norma definidora de princípio institutivo, correspondente à liberdade de expressão.
- e) É de eficácia restringível, uma vez que não existem direitos absolutos no ordenamento jurídico brasileiro.

34. Suponha que um grupo de pessoas decida criar um partido político local, visando concretizar programas e projetos no âmbito de seu município. Nos termos da Constituição da República, a criação do referido partido:

- a) Não encontra óbice no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que é ampla a liberdade para a criação e extinção de partidos.
- b) É permitida, desde que autorizada por lei.
- c) É plenamente válida, já que a criação de pessoa jurídicas de direito privado não se submetem à interferência estatal em seu funcionamento.
- d) É inconstitucional, ainda que respeitada a proibição de recebimento de recursos financeiros de entidades estrangeiras.
- e) É válida, desde que respeitada a obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal.

#### **DIREITO CIVIL**

35. Cessar, para os menores, a incapacidade, exceto:

- a) pelo casamento.
- b) pelo exercício de emprego público efetivo.
- c) pela colação de grau em curso de ensino superior.
- d) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- e) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

36. Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, vedado o direito regressivo contra os causadores do dano.
- b) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- c) A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.
- d) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo, contudo, possível ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
- e) Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

37. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

- a) as energias que tenham valor econômico.
- b) o direito à sucessão aberta.
- c) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- d) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- e) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.

38. Não constituem atos ilícitos, exceto:

- a) estrito cumprimento de dever legal.
- b) estado de necessidade.
- c) remoção de perigo iminente.
- d) legítima defesa.
- e) exercício regular de direito.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

39. Acerca da jurisdição, assinale a alternativa correta:

- a) A carta precatória é uma exceção ao princípio de indelegabilidade.
- b) Segundo o princípio da substitutividade, a decisão do juiz competente se sobrepõe à vontade das partes, passando a valer com força de lei para elas.
- c) A característica da inércia da jurisdição impede que o juiz determine a produção de provas de ofício.
- d) Diante da crescente especialização dos ramos do direito, não se pode dizer que a jurisdição é una.
- e) Não fere o princípio da imparcialidade a atuação de juiz suspeito em um processo.

40. Sobre as teorias da ação, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com a teoria imanentista ou clássica, o direito de ação está vinculado ao direito material.
- b) Segundo a teoria abstrata da ação, o direito de ação equivale ao direito a uma sentença favorável.
- c) Segundo a teoria de Chiovenda, o direito de ação seria um direito público subjetivo em face do Estado.
- d) A teoria eclética da ação não teve impacto no direito processual civil brasileiro.
- e) Não é admissível ação declaratória visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.

41. Em determinado processo, o autor obteve a informação de que o membro do Ministério Público que do processo participa na qualidade de fiscal da ordem jurídica é amigo íntimo do réu. Nesse caso, o advogado do autor:

- a) nada poderá fazer, pois as hipóteses de impedimento e suspeição não se aplicam ao Ministério Público.
- b) poderá formular arguição de impedimento, a qual suspenderá o processo.
- c) poderá formular arguição de suspeição, a qual suspenderá o processo.
- d) poderá formular arguição de suspeição, a qual não suspenderá o processo.
- e) deverá impetrar mandado de segurança por violação do direito líquido e certo a uma tutela jurisdicional imparcial.

42. Acerca da competência, assinale a alternativa correta:

- a) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência.
- b) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, independentemente da natureza da ação.
- c) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
- d) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- e) A ação em que o incapaz for réu será proposta no local em que ele se encontra.

### DIREITO PENAL

43. Sobre a lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) A abolitio criminis faz cessar a pena e os efeitos penais e extrapenais da condenação.
- b) A lei temporária se aplica ao fato praticado durante sua vigência, mesmo após decorrido o período de sua duração.
- c) Considera-se praticado o delito no momento da ação ou omissão, bem como no momento em que ocorreu o resultado.
- d) A teoria da atividade foi adotada em relação ao lugar do crime.
- e) Não se aplica a lei penal brasileira a crime cometido a bordo de embarcação brasileira, quando no estrangeiro.

44. No que tange ao concurso de agentes, assinale a alternativa correta:

- a) O Código Penal adota a teoria monista no que tange à punibilidade no concurso de agentes.
- b) Aquele que quis participar de crime menos grave responderá por este, exceto se previsível o resultado mais grave.
- c) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são

puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser consumado.

- d) Não se pune a participação meramente moral
- e) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, em qualquer caso.

45. O agente que, após finalizar a execução do delito, impede que o resultado se produza:

- a) só responde pelos atos já praticados, em razão da desistência voluntária
- b) só responde pelos atos já praticados, em razão do arrependimento posterior
- c) só responde pelos atos já praticados, em razão do arrependimento eficaz
- d) responde pelo crime inicialmente pretendido, na forma tentada
- e) fica isento de pena, em razão da desistência voluntária

46. Sobre a prescrição da pena de multa, é correto afirmar que:

- a) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 03 anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.
- b) A prescrição da pena de multa ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, apenas quando a multa for cumulativamente aplicada.
- c) A prescrição da pena de multa sempre ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade.
- d) A prescrição da pena de multa ocorrerá sempre no prazo de 02 anos.
- e) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 02 anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**47.** Maria foi vítima de um crime de ação penal pública condicionada à representação, em tese praticado por José. O crime ocorreu no dia 10.06.2019, mas Maria só teve ciência da autoria delitiva no dia 18.09.2019.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) Maria terá o prazo decadencial de 06 meses para ajuizar a queixa-crime, a contar da ciência da autoria.
- b) Maria terá o prazo decadencial de 06 meses para ajuizar a queixa-crime, a contar da data do fato criminoso.
- c) O prazo decadencial de 06 meses para oferecer a representação será contado a partir do fato criminoso.
- d) O prazo decadencial de 06 meses para oferecer a representação será contado a partir da data da ciência da autoria delitiva.
- e) Maria poderá oferecer a representação enquanto não estiver extinta a punibilidade.

**48.** Com relação aos sujeitos processuais, assinale a alternativa correta:

- a) O Juiz será considerado impedido quando tiver aconselhado qualquer das partes
- b) O corréu poderá, no mesmo processo, atuar como assistente de acusação
- c) Nenhum acusado, exceto se foragido, será processado ou julgado sem defensor
- d) As partes não poderão intervir na nomeação do perito
- e) O assistente de acusação poderá ser admitido a qualquer tempo, desde que até a sentença de primeiro grau

**49.** A ação penal privada subsidiária da pública será cabível:

- a) quando, nos crimes de ação penal pública, o MP não oferecer denúncia no prazo legal, ainda que requeira o arquivamento do inquérito policial.
- b) quando, nos crimes de ação penal pública, o MP não oferecer denúncia no prazo legal, nem adotar qualquer outra providência válida.
- c) quando, nos crimes de ação penal pública incondicionada apenas, o MP não oferecer denúncia no prazo legal, ainda que requeira o arquivamento do inquérito policial.
- d) quando, nos crimes de ação penal pública incondicionada apenas, o MP não oferecer denúncia no prazo legal, nem adotar qualquer outra providência válida.
- e) quando o Ministério Público não ajuizar queixa-crime no prazo legal

**50.** José está sendo processado criminalmente pela prática do crime de estelionato. Determinada sua citação, o Oficial de Justiça compareceu ao endereço indicado na inicial, em diversos dias e horários diferentes, nunca conseguindo falar com o réu, apesar de saber que o mesmo, de fato, ali reside. O Oficial de Justiça, então, certifica que o réu se oculta para não ser citado.

Neste caso, a citação de José deverá ser realizada por:

- a) hora certa
- b) edital, com prazo de 15 dias
- c) edital, com prazo de 10 dias
- d) qualquer meio hábil de comunicação, inclusive correio eletrônico
- e) carta com aviso de recebimento

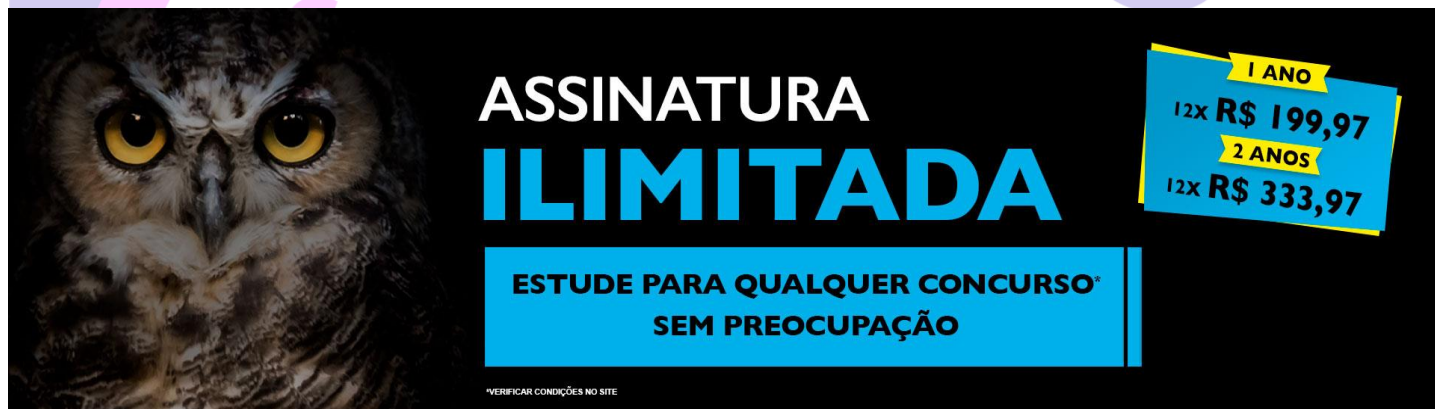
## Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-PA-Auxiliar-21-12>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*

**Estratégia**



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE